

2012/12/21

Diplomacia política Luso-Israelita (1947-1977)

*Miguel Nunes da Silva*¹

A Dúplice Neutralidade do Estado Novo

Neutralidade Condicionada

Tanto Portugal como Israel tiveram que enfrentar na segunda metade do século XX um ambiente internacional desfavorável. Nenhum dos países tinha participado na 2ªGM e embora soldados judeus tivessem combatido na esperança de legitimar a criação de uma pátria judaica no seguimento de uma vitória dos Aliados, acabaram por capitalizar menos desta participação ativa do que Portugal lucrou com a sua neutralidade bicolorante. Desproporcionalidade acrescida se levarmos em conta o terrível custo do Holocausto para a cultura judaica e a imediata integração de Portugal na principal estrutura militar do bloco capitalista, a OTAN.



Quando em 1947 a ONU aprovou o plano de partilha dos territórios do Mandato da Palestina, isso significou uma mudança de mentalidades. Para os Israelitas da diáspora comercial, passou-se a um estado temporal. Em Portugal, os poucos internacionalistas dignos desse nome – quase todos no MNE – também mudaram de mentalidade e resolveram alterar a nomenclatura eufemística: da “questão judaica” passou-se ao “problema sionista”. Esta designação era fruto da época mas também da perceção de alguns dos principais aliados de Portugal como o Paquistão e Marrocos, um como contrapeso à Índia, o outro a Espanha.

A “questão judaica” reportava-se a dois problemas delicados que a diplomacia portuguesa enfrentava então. Um era a exigência de indemnizações por parte de judeus pilhados pelo terceiro Reich, um processo que decorria em Bona e que os diplomatas portugueses seguiam atentamente². O outro era o fluxo de imigração judaica para a Palestina,

¹ Miguel Nunes da Silva (n. Coimbra 1985) é licenciado em Relações Internacionais pela Universidade de Lisboa (ISCSIP) e é Mestre em Estudos Europeus pelo Colégio da Europa em Bruges. Escreve regularmente para o *Atlantic Sentinel* e para o blogue *Psicolaranja*, já tendo publicado em *Small Wars Journal*, *The Diplomatic Courier*, *TransConflict* e na Newsletter do IDN entre outros. Conferencista no último Seminário da Juventude Portuguesa do Atlântico, trabalha actualmente como analista para a empresa de consultadoria geoestratégica Wikistrat Inc..

² APA1 494 do Arquivo Histórico-Diplomático (AHD) – Nomeadamente através do embaixador Ferreira da Fonseca.

particularmente de refugiados judeus da guerra, que ocasionalmente despoletava algum desconforto nos círculos diplomáticos em Lisboa já que a neutralidade portuguesa nesta questão permitia o uso dos portos e aeroportos portugueses por estes refugiados, situação essa que desagradava por demais ao governo britânico.

A transformação em “problema sionista” foi lenta mas gradual a medida que os judeus deixavam de ser um problema *per se* mas Israel progredia para tomar a forma de um outro.

A delicadeza diplomática era imperativa nos dois pois punha à prova as alianças de Portugal e a sua conduta diplomática frágil. A prova disso foram as dificuldades que tanto Portugal como Israel tiveram então, para ingressar na ONU. Ainda antes da engrenagem diplomática israelita ter tempo de se focar em Portugal, já a comunidade judaica portuguesa intervinha publicamente apelando ao reconhecimento do estado judaico na palestina³. Em Maio de 1949 Israel é admitido na ONU mas ainda assim Portugal não acusa a receção de uma missiva de Abba Eban (o representante israelita na ONU) a Caeiro da Matta⁴, devido ao que as Necessidades apelidavam de uma questão de “(...) oportunidade de conveniência política”⁵; de resto o embaixador português no Cairo concordava com esta tese. Depois de no MNE se tomarem providencias para avaliar que países haviam ou não reconhecido Israel, é Salazar quem melhor expressa que a conduta portuguesa de precaução é justificada quando no Despacho 27, para Montevideu, 20 de dezembro de 1950, Proc.o 33,77 M183 PEA, ele declara que esta é para continuar⁶. Isto apesar de várias abordagens discretas por parte de Israel ao longo da década de 50⁷.

Com o advento da descolonização britânica a política externa do MNE vê-se perdendo o prestígio internacional ganho com a segunda guerra mundial. A resposta imediata parece ser de novo a neutralidade. Para não alienar aliados do terceiro mundo Lisboa prefere não reconhecer Israel enquanto aceita e incentiva a integração de Israel em todos os fóruns multilaterais de que Portugal faz parte como por exemplo a FAO, aonde apesar de tudo Portugal se absteria.

Os anos 50 seriam fatais para as relações entre os dois estados. Em 1954 com o ataque Indiano aos enclaves de Dadrá e Nagar Aveli, em 1955 com a Conferência de Bandung e com a adesão Portuguesa à ONU, e em 1956 com a Crise do Suez, Portugal apreende a crescente reprovação do poderoso *lobby* terceiro-mundista e teme pela sua posição colonialista que

³ Franco, Manuela, *O melindre do problema sionista relações Portugal-Israel, 1947-1977* (Relações Internacionais, Setembro 2006).

⁴ Idem.

⁵ M 183 PEA (AHD) citado por Manuela Franco.

⁶ Idem.

⁷ ME 184 (AHD). Mais concretamente nas legações portuguesas em Washington, Londres, Istambul, Roma e Rio de Janeiro.

parece cada vez mais ténue à luz da corrente da história. A um ritmo proporcionalmente inverso, as relações com os aliados muçulmanos tornam-se ainda mais imprescindíveis e Israel torna-se mais dispensável. Ao ponto de no fim da década o Ministro dos NE pedir à repartição das Questões Económicas uma estatística comparativa do saldo da balança comercial com Israel e com o mundo árabe⁸.

O primeiro grande desafio para as relações entre os dois países seria a Crise do Suez. Em resumo, o Egipto Nasserita afirmava-se cada vez mais como uma força anticolonialista além de que como pioneiro da Conferência de Bandung o Egipto era também uma das vozes do terceiro mundo. Aproveitando o seu estatuto neutral para um *rapprochement* crescente com a URSS, Nasser levou o Egipto a nacionalizar o canal do Suez para poder financiar a barragem de Assuão e elevar o Egipto à autonomia energética e alimentar. Ao fazê-lo Nasser comprou um conflito com os dois maiores accionistas da *Compagnie Universelle du Canal Maritime de Suez*: o RU e França.

Portugal viu-se envolvido pelo facto de os seus navios utilizarem o canal e o país não ter a capacidade de os proteger. Por iniciativa mediadora norteamericana, organizou-se em Londres uma conferência para instituir uma "Associação de Utilizadores do Canal do Suez" (SCUA) e Portugal foi um dos 21 países participantes mas segundo a opinião do MNE Paulo Cunha, a organização parecia frágil e incerta nos seus intentos⁹.

Assim, embora a hostilidade da Índia para com os enclaves lusófonos obrigasse Portugal a refugiar-se nos seus parceiros ocidentais, o regime não estava preparado para impor sanções militares ao Egipto¹⁰ pois não se podia hostilizar o mundo muçulmano quando Portugal dependia tanto da boa vontade de países como o Paquistão ou a Indonésia.

O RU tinha já lidado com a crise iraniana da nacionalização da *Anglo-Persian Oil Co.* e tinha-o feito orquestrando um golpe de estado para afastar o PM Iraniano Mohamed Mossadegh. A França por seu lado não podia tolerar o apoio egípcio aos independentistas argelinos e a perda da companhia que dominava a sua ligação principal com as possessões do indico e do pacífico. Por último, Israel estava ansioso por poder atacar o Egipto preventivamente e acabar com os ataques *fedayin* a partir de Gaza. Assim e no âmbito do secreto protocolo de Sèvres, os três países desencadeiam uma acção militar punitiva contra o Egipto. Embora Portugal também estivesse ele próprio dependente desta rota para as suas colónias do oriente, a rota do cabo acabava de adquirir uma nova importância internacional. O desfecho da expedição no Suez no entanto ditou o fim do monopólio geoestratégico ocidental no médio oriente e fez escalar os preços de petróleo.

⁸ PEA 183 (AHD). Surpreendentemente, excetuando-se Marrocos, o saldo da balança comercial de Portugal com Israel é o mais elevado de todos os analisados.

⁹ Martins, Fernando, *A Crise do Suez* (Historia nº 93, Janeiro de 2007)

¹⁰ Carta de Paulo Cunha a Salazar, Setembro de 1956, citada por Fernando Martins.

As relações com Israel não parecem ter sido grandemente afectadas mas o consentimento português para a abertura de um consulado Israelita em Lisboa, como discutido com autoridades israelitas no Brasil, foi adiada até 1958¹¹ e no final da década as coisas melhoravam com um acordo comercial e de pagamentos. A autorização de *exequator* ao cônsul de Israel é dada a 29 de agosto de '58¹².

No entanto esta benesse implicava um mero reconhecimento implícito e não o formal. Na verdade, Portugal nem sequer reciprocou com a abertura de um seu consulado em Telavive. O Presidente do Conselho defendia que o reconhecimento tácito não alteraria muito as relações com os países árabes¹³.

Beligerância Anti-sistémica

A década de sessenta traria o agudizar dos conflitos dos dois países com a nova ordem mundial. Portugal tentava em vão fazer valer os seus direitos legais fazendo uso recorrente do direito internacional público como desacelerador da inimizade do terceiro mundo que nesta década irrompeu por África.

Começa pois a Guerra do Ultramar na qual a África negra e grande parte do 3º mundo – para não mencionar do segundo – irá prestar assistência aos movimentos secessionistas da África portuguesa.

Israel por seu lado, via-se cercado por países, agora apoiados abertamente pela URSS e dotados do armamento soviético mais recente. Depois da Guerra dos Seis Dias em 67, Israel travaria uma guerra de atrição no canal do Suez com o Egipto até à eclosão da Guerra do Yom Kippur.

É sabido que as guerras têm o potencial de acelerarem os processos de decisão política, através do imperativo da escolha de um dos lados da barricada. A desagregação dos poucos laços diplomáticos com Israel começa logo no ano de 1960, quando depois de Portugal ter lançado a sua candidatura ao Conselho de Segurança da ONU, a negociação dos votos obriga a uma posição pro-árabe em detrimento de Israel. Eduardo Leitão, embaixador em Bruxelas recebe pouco tempo depois a indicação através do seu homólogo Israelita de que em virtude da política africanista de Israel e da movimentação diplomática Portuguesa, Israel passaria a apoiar incondicionalmente todos os movimentos de libertação¹⁴. Israel cumpriu com a sua palavra e a meio da década de 60, viu-se o Presidente do Conselho obrigado a encetar conversações secretas com um *correspondant honorable* Israelita para dissipar a ambiguidade que até aí imperara, não só

¹¹ Franco, Manuela, *O melindre do problema sionista relações Portugal-Israel, 1947-1977* (Relações Internacionais, Setembro 2006).

¹² Idem.

¹³ Salazar citado por Manuela Franco.

¹⁴ PEA 183 (AHD).

fruto do discurso anticolonialista de Israel em diversas organizações internacionais, mas também e mais preocupante ainda, com a formação em Israel de membros dos movimentos terroristas assim como o fornecimento de armas a estes ou seus patrocinadores em África¹⁵. Passava-se assim à diplomacia secreta e bilateral.

A tentativa de Israel de construir em África uma alternativa terceiromundista ao mundo árabe que lhe fosse favorável, não obtém muitos sucessos, aproveitando os países africanos o investimento Israelita mas não o convertendo reciprocamente em hostilidade ao mundo árabe.

1967 é um ano marcante pois rebentam dois conflitos que vão diretamente afetar os dois países: a Guerra dos Seis Dias e a Guerra do Biafra. Na Guerra dos Seis Dias é conhecida a aprovação privada de Salazar e Franco Nogueira dos sucessos Israelitas¹⁶; ainda assim a posição de Portugal foi de neutralidade. No início do conflito, um conjunto de estados entre eles os EUA os Países Baixos e o RU, pediram o apoio de Portugal a uma declaração condenatória do bloqueio do golfo de Aqaba pelo Egipto. A este pedido, Portugal não acedeu por receio de represálias Egípcias à sua própria navegação pelo canal, e também pela influência que a República Árabe Unida (RAU) detinha no mundo árabe e muçulmano – para não mencionar o pedido Paquistânês e Marroquino no sentido de recusar esta mesma proposta. Por outro lado também se absteve Portugal de apoiar qualquer resolução na ONU que condenasse Israel como agressor ou exigisse a retirada das suas tropas do Sinai¹⁷.

Mas a simpatia de Portugal pela causa Israelita é mais do que clara na atitude reprovatória que o embaixador português em Paris Marcello Mathias confessa internamente em relação a De Gaulle, que ele acusa de pro-soviético¹⁸.

É na Guerra do Biafra que as relações entre os dois países se definem melhor. Ambos têm interesse em ver um Biafra independente e com ele o precedente legal do desrespeito das fronteiras coloniais. Para Israel isto legitimaria a sua existência fora da demarcação da ONU do plano de partição e granjear-lhe-ia a simpatia de vários países africanos que apoiavam a causa; para além de que numa altura em que Israel se intitulava protetor de todas as comunidades Judaicas, a Nigéria detinha uma das maiores de África. Abba Eban viria eventualmente a declarar-se apoiante do Biafra¹⁹. Para Portugal a possibilidade de adicionais secessões em África dificultaria a tarefa dos países africanos – e do terceiro-mundo em geral – de combater Portugal. Uma vantagem valiosa seria também ter

¹⁵ M 163 PAA (AHD) citado por Manuela Franco.

¹⁶ MARTINS, Fernando, *Portugal – O Estado Novo e a Guerra dos Seis Dias* (Historia nº 98, Junho de 2007).

¹⁷ Id.

¹⁸ Id.

¹⁹ PAA 829 (AHD).

um estado africano rico em petróleo, simpatizante do mundo ocidental. A queda do princípio da independência a partir de fronteiras coloniais delineadas a ser consolidado, Portugal também conseguiria um trunfo na negociação da autodeterminação africana, sendo que em termos de precedente, a juntar-se o exemplo do Biafra ao da África Ocidental (francesa), a exceção poderia tornar-se em doutrina concorrente e assim inviabilizar as reivindicações dos movimentos secessionistas.

Portugal auxiliaria durante os três anos de guerra o estado do Biafra através de apoio logístico via S. Tomé e Príncipe assim como em venda de armamento e com a impressão de moeda. Pensa-se que Israel também terá contribuído com armamento para a efémera república africana mas não há ainda dados suficientes para se poder confirmar que tais fornecimentos tivessem passado pela rota Lisboa – S. Tomé – Uli. O que sim é conhecido são exemplos como os da organização "*Fund for Biafra's Children*" que levou a cabo voos com ajuda humanitária co-financiada pelo governo Israelita, para o Biafra²⁰. Organizações judaicas nos EUA também pressionaram o governo norte-americano a proceder ao auxílio humanitário do Biafra aonde um bloqueio Nigeriano estava a causar fome e doença generalizada²¹.

O interesse Israelita está também claro no apoio diplomático que prestou ao Biafra – ainda que não tivesse chegado ao reconhecimento formal – e pela proximidade de então com países que por sua vez reconheceram o Biafra. Podemos referir o exemplo da Tanzânia aonde a cumplicidade com Israel propiciava inclusive instrução militar²² – apesar de se supor, em nosso detrimento.

A década de 70 trouxe também o fim da Guerra do Biafra que foi varrida por uma Nigéria auxiliada pelo RU, pelos EUA e pela URSS. Os escassos apoios prestados sobretudo pela França (por procuração com as suas ex-colónias como o Gabão) por Portugal e África do sul (Israel e RPC em terceiro plano) não sendo suficientes para sustentar a avalanche nigeriana.

Esta guerra é fruto de pouco interesse académico, mas pensamos que é sobretudo neste conflito que se podem ver os contornos de uma *entente* frágil e intermitente entre alguns países dentro do bloco capitalista. Enquanto no bloco comunista, países como a Albânia ou a RPC abandonavam por completo a vassalagem ao PCUS e embarcavam em políticas próprias de alinhamento estratégico, no Ocidente isto foi mais raro e quando os laços com o centro agregador se enfraqueciam, era geralmente por iniciativa própria dos EUA. Assim países como Israel, África do Sul, Taiwan e mesmo Portugal foram forçados em muitos casos a desenvolver

²⁰ TAL, Noam, *Who's Abie Nathan?* (soundscapes.info)

²¹ American Jewish Congress, Commission on International Affairs, Memorandum "*The Tragedy of Biafra*" (15 de Dezembro de 1968).

Nomeadamente o World Jewish Congress, National Jewish Community Relations Advisory Council e o American Jewish Emergency Effort for Biafran Relief.

²² SP249 (AHD).

esforços de guerra não aprovados por Washington em apoio a posicionamentos estratégicos diametralmente opostos ao politicamente correto da comunidade internacional. Veja-se como o Estado de Israel e a União da África do Sul juntaram esforços no desenvolvimento de tecnologias aeronáuticas, balísticas e até nucleares²³. Taiwan também colaborando menos frequentemente.

Em termos geopolíticos, Portugal “aderiu” assim a uma estirpe isolacionista do bloco capitalista, durante a Guerra do Biafra. Este entendimento diplomático e estratégico informal que juntava pontualmente esforços de prossecução de políticas beligerantes próprias era claramente marginal a Washington e pelo seu cariz marginal, via-se muitas vezes dificultada e frequentemente isolada pela comunidade internacional. Na Cimeira do Movimento dos Não-Alinhados (MNA) em Argel de '73, foi denunciada a aliança Pretória – Salisbúria – Lisboa contra a libertação nacional. Verdadeiros párias do sistema internacional, Israel viria a ser apelidado pelo Irão khomeinista de “pequeno Satã”, refletindo assim o sentimento religioso anti-ocidental de todo o Médio Oriente, enquanto que Portugal já havia sido classificado como “pequeno imperialista” na propaganda maoísta – juntamente com a Bélgica e os Países Baixos – pelo seu colonialismo – a cooperação que Portugal mantinha com os seus aliados muçulmanos evitando a contaminação total do mundo islâmico com a propaganda comunista anti-Portuguesa.

O período de 1967-70, conjugando a neutralidade Portuguesa na Guerra dos Seis Dias e a colaboração discreta na Guerra do Biafra, foi o período mais alto das “não-relações” diplomáticas entre os dois estados até ao reconhecimento. Tal conjugação de esforços só foi possível através da utilização de mecanismos de diplomacia paralela, ou diplomacia informal e secreta, e revelou-se algo limitada em meios e mesmo relativamente infrutífera em resultados.

Calvet de Magalhães define diplomacia secreta como meros “entendimentos ou arranjos secretos entre governos”²⁴. O embaixador elabora que é um conceito algo relativo já que quase todas as negociações envolvem algum grau de confidencialidade e que tal é imprescindível a qualquer negociação diplomática, sendo a diplomacia pública a exceção. Quanto à diplomacia paralela, o embaixador classifica-a como uma “alternativa à via diplomática empregue pelos decisores políticos”²⁵. Neste caso seria porventura etimologicamente mais correto designar os contactos luso-israelitas como diplomacia oficiosa. Ainda assim, é notória a dependência de Portugal, nesta altura, de instrumentos bilaterais pouco fiáveis para o prosseguimento da sua política externa.

²³ ‘Revealed: how Israel offered to sell South Africa nuclear weapons’, *Guardian*, Maio 2010.

²⁴ DE MAGALHÃES, José Calvet, *A Diplomacia Pura* (Bizâncio, 2005)

²⁵ *Idem*.

A guerra de atrição movida pelo Egipto a Israel desde o fim de '67, atingiu o seu auge em 1973 com o ataque Egípcio durante a celebração do Yom Kippur em Israel. Porque a ofensiva do Egipto havia apanhado Israel desmobilizado e de surpresa, o Egipto atingiu alguns sucessos iniciais. Assim o desespero chegou aos líderes Israelitas mas também americanos que temiam perder um aliado próximo na região e um país determinante para o equilíbrio na região – para não mencionar relevante na política doméstica dos EUA.

Os EUA não perderam por conseguinte tempo em montar um dispositivo de abastecimento militar a Israel – algo que aliás a URSS tinha no terreno desde eclodir do conflito. Para as aeronaves de transporte americanas, a rota até à Europa era passível de ser feita sem escalas mas até Israel a distância era demasiado longa e era portanto necessário fazer escala algures entre Israel e as bases americanas da costa leste. A base das Lajes surgiu de imediato como a opção mais viável. Para o MNE em Lisboa a questão foi desde logo vista como espinhosa, pois Portugal ver-se-ia dividido entre o respeito pelos seus parceiros muçulmanos e a lealdade transatlântica aos EUA. Para José Freire Antunes o que estava em questão era “ (...) o alinhamento beligerante de Portugal com Israel”²⁶. Igualmente grave seria um potencial corte de abastecimento de petróleo por parte dos países árabes. A questão das relações entre Portugal e Israel seria mais imediatamente equacionada pelos próprios americanos: Kissinger defendia que – e numa lógica consentânea com a doutrina Nixon, a qual era menos desfavorável a Portugal que outras anteriores – Portugal tinha finalmente uma oportunidade para reverter a imagem desfavorável de si mesmo que até então tinha imperado em alguns círculos de Washington. Tal oportunidade deveria ser agarrada quanto antes e na visão de Kissinger isso significava que para cair nas boas graças – sem dúvida do Congresso – Portugal tinha que aceitar sem reservas o pedido americano para utilização das bases²⁷.

Esta perspetiva de Kissinger é importantíssima pois indica que na administração Nixon se via o Estado Novo sem angústias ideológicas. Aquilo que Kissinger dá a entender é que entre outros sectores, o *lobby* Israelita estaria potencialmente disposto a apoiar Portugal. Isto é referido pelo embaixador Hal Themido, que em Washington já tinha sido contactado pela equipa de Kissinger a qual lhe havia transmitido que três senadores americanos estariam dispostos a trabalhar contra legislação prejudicial a Portugal (Emenda Tunney-Young) entre os quais Henry Jackson, o “ (...) melhor amigo de Israel em todo o Congresso”²⁸.

²⁶ ANTUNES, José Freire, *Portugal na Guerra do Petróleo – Os Açores e a Vitória de Israel 1973* (Edeline, 2000).

²⁷ MNE 240 (13/10/1973) APMC citado por Freire Antunes.

²⁸ MNE 457 (24/10/1973) APMC citado por Freire Antunes.

Em Lisboa, a opinião era diferente. Portugal estava sujeito a embargo dos EUA e procurou-se no curto prazo extorquir o fornecimento de mísseis terra-ar. A administração Nixon reagiu em função das circunstâncias e acabou por coagir Portugal a aceitar os aviões americanos nas Lajes. Portugal não estava simplesmente em posição de negociar pois estava isolado internacionalmente e à altura nem sequer os EUA tinham embaixador em Lisboa. Mais adiante nas negociações, e já depois da guerra, foi sugerido ao embaixador Themido pelo Sub-Secretário de Estado William Porter, que Portugal adquirisse os mísseis terra-ar americanos através de Israel²⁹. A negociação dos mísseis *Red Eye* arrastar-se-ia e apesar de dificuldades iniciais partindo da cautela da relutância do embaixador Israelita Simcha Dinitz em Washington, Portugal teria em 1974 a oportunidade de aquisição dos referidos mísseis através da RFA a qual os havia obtido de Israel. No entanto, e comprovando-se a associação da já referida estirpe isolacionista Portugal também viria a equacionar a aquisição de mísseis terra-ar à África do Sul a qual era considerada entre outras razões, por também ser fornecedora de armamento a Israel³⁰. Eventualmente até negociações diretas com uma firma Israelita na Europa seriam abertas e só suspensas – e eventualmente encerradas – com o despoletar do golpe de 25 de Abril em Lisboa.

Depois da guerra, Portugal teve – à semelhança dos EUA – de se distanciar de Israel pois o embargo petrolífero da OPEP sobre Portugal acarretava agora consequências graves. A cooperação com Israel no entanto prosseguiu. Talvez mais notório fosse a presença de técnicos israelitas na construção da barragem de Cabora Bassa. Claro que qualquer cooperação de cariz público estava fora de questão e para além da recusa em permitir aeronaves israelitas nas Lajes, até a visita de uma equipa de futebol israelita não foi autorizada.

Em 1974, com o desanuviar da pressão árabe e com o agudizar da Guerra do Ultramar, a hipótese da abertura de um consulado português em Israel foi finalmente posta na mesa, desde que tal possibilitasse o fornecimento indireto (continuando a política de contorno das restrições legais nos EUA) de material norte-americano a Portugal³¹.

Reconhecimento Ambíguo da Terceira República

Com o 25 de Abril, subiu ao poder um regime avesso à manutenção das províncias ultramarinas e que portanto estava na disposição de abdicar de toda a orientação de política externa que caracterizara o Estado Novo

²⁹ MNE 319 (3/12/1973) APMC citado por Freire Antunes.

³⁰ ANTUNES, José Freire, *Portugal na Guerra do Petróleo – Os Açores e a Vitória de Israel 1973* (Edeline, 2000) (pág. 83)

³¹ Franco, Manuela, *O melindre do problema sionista relações Portugal-Israel, 1947-1977* (Relações Internacionais, Setembro 2006) (pág. 71)

durante mais de meio século. Isto satisfaria o terceiro mundo e em breve a pressão sobre Portugal começava a desanuviar.

Se por um lado isto facilitava a Portugal o contacto com o mundo e a abertura económica, por outro a nova liderança em Portugal era profundamente esquerdista. Órgãos como o COPCON eram fortemente influenciados pelo Partido Comunista Português assim como a Junta de Salvação Nacional, e aqueles que o não eram estavam nas mãos de outras tendências do espectro político de esquerda como o Partido Socialista. Como representantes da esquerda, a sua tendência natural era para apoiar a causa Palestiniana em detrimento de Israel e o reconhecimento de Israel é mais uma vez dificultado.

De facto as primeiras posições na ONU depois do golpe, foram pró-Palestina³². Em Outubro de 1975, a Assembleia-geral da ONU vota uma emenda que equipara sionismo a apartheid e racismo, e Portugal ao contrário dos seus parceiros europeus e dos seus aliados americanos vota a favor. Dentro de Portugal há consternação. Políticos, intelectuais e figuras públicas portuguesas dissociam-se deste voto e esclarecimentos são pedidos ao governo³³. Nas palavras da Dr.^a Manuela Franco, o Ministro Melo Antunes é um exemplo do antisemitismo de esquerda em voga então.

Já em 1976, Mário Soares mudava de discurso e clarificava que o estabelecimento de relações diplomáticas [formais] com Israel e a RPC era uma prioridade do governo. Mas é só a 12 de Maio de 1977 que ambos os países concordam em formalizar as suas relações com a troca de embaixadas. Ainda mais tardia foi a designação de um embaixador para Tel Aviv – Rui Medina em 1988 – e o envio de um embaixador permanente – João Quintela Paixão apenas em 1991 – esta decisão tomada em virtude da Presidência da União Europeia. Logo após este passo, os países árabes revoltaram-se e voltaram a usar slogans anti-colonialistas contra Portugal.

Conclusão

As relações regulares que Portugal mantém com Israel hoje em dia, não são assumidamente o produto de laços estreitos e cultivados ao longo do tempo. Elas são originárias de uma aproximação incerta e difícil e têm suscitado desconfianças de parte a parte.

Portugal teve que fazer uso de toda a sua arte diplomática para manter um diálogo com o Estado de Israel ao longo dos anos e o preço a pagar por esta ambiguidade será, durante algum tempo, a desconfiança de Israel. Chama-se a atenção para este facto pois a culpa pela pobre relação cabe única e exclusivamente a Portugal tendo Israel estado sempre disposto a proceder ao reconhecimento recíproco – por razões óbvias.

³² Idem.

³³ Ibidem (pág. 72).

Poderíamos dizer que a alienação foi fruto do ambiente específico da Guerra Fria, e a nomeação do primeiro embaixador residente em 1991 atestaria facilmente tal ilação. No entanto, enquanto a *realpolitik* do Estado Novo pensada para defender os interesses de um Portugal pluri-continental estava adaptada ao alinhamento global, a hesitação e hostilidade da Terceira República transmitiu a Israel que em Portugal havia mais do que as constrações geoestratégicas a desencorajar as relações entre as duas nações. Tal falta de visão é, sabemos, fruto da falta de um sentido de estado por parte dos primeiros dirigentes da 3ª República, mas a Israel isto poderá ter demonstrado preconceito e este erro é indesculpável.

No geral as relações têm sido conturbadas. Mas é notável observar como nos períodos mais negros da Guerra Fria, ainda que secretamente, o diálogo continuou. Isto diz-nos que ainda que distantes e historicamente desencontrados, os dois países partilham laços e interesses importantes.

Por fim apresentamos os interesses que potenciaram e afastaram os dois estados ao longo de trinta anos:

Factores Favoráveis	Factores Desfavoráveis
Saldo comercial positivo	Celeuma da possibilidade de indemnizações a refugiados judeus da 2ª GM
Conformidade civilizacional	Anti-sionismo muçulmano
Anuição atlântica	Hostilidade do terceiro mundo
Contrapeso a Egipto nasserita	Dependência petróleo árabe
Interesse comum no Biafra	Imperativo ideológico dos líderes de esquerda
Política externa dos EUA instável	
Comunidade judaica em Portugal	

Bibliografia

- ANTUNES, José Freire, "Portugal na Guerra do Petróleo – Os Açores e a Vitória de Israel 1973" (Edeline, 2000)
- American Jewish Congress, Commission on International Affairs, Memorandum "The Tragedy of Biafra" (15 de Dezembro de 1968).
- Arquivo Histórico-Diplomático
- Biblioteca do Ministério dos Negócios Estrangeiros
- ENCEL, Frederic, THUAL, François, "Géopolitique d'Israël" (Editions du Seuil, 2004)

- FRANCO, Manuela, "*O Melindre do Problema Sionista – Relações Portugal-Israel, 1947-1977*" (Relações Internacionais, Setembro 2006)
- DE MAGALHÃES, José Calvet, "*Breve História Diplomática de Portugal*" (Publicações Europa-América, 1990)
- DE MAGALHÃES, José Calvet, "*A Diplomacia Pura*" (Bizâncio, 2005)
- DE MAGALHÃES, José Calvet, "*Manual Diplomático*" (Bizâncio, 2001)
- MARTINS, Fernando, "*A Crise do Suez*" (Historia nº 93, Janeiro de 2007)
- MARTINS, Fernando, "*Portugal – O Estado Novo e a Guerra dos Seis Dias*" (Historia nº 98, Junho de 2007)